



CEEI/ISRI

Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais

CEEI-ISRI, ANO I
SÉRIE DE ARTIGOS N.º 02
Abril de 2013
Propriedade do CEEI/ISRI
Maputo - Moçambique

Os BRICS e a Construção da Multi-Polaridade: Que Implicações para Moçambique?

Por:

Paulo M. Wache

Pesquisador do Centro de Estudo Estratégicos e Internacionais
Departamento de Relações Internacionais e Política Externa

Os BRICS e a Construção da Multi-Polaridade: Que Implicações para Moçambique

FICHA TÉCNICA

Autor: Paulo M. Wache
Director: António Gaspar
Edição: CEEI
Revisão: Calton Cadeado e Emílio J. Zeca
Design e Grafismo: Emílio J. Zeca
Abril de 2013
Maputo

Resumo

O presente artigo reflecte sobre o processo da construção da Multi-polaridade, que é um processo contínuo mas de alguma forma já alcançado, e analisa as implicações da ordem Multi-polar, ou seja, as implicações da consolidação dos BRICS para Moçambique. O artigo apresenta alguns factores que contribuíram para a construção da multi-polaridade designadamente: i) a Crise financeira, ii) a crescente legitimidade dos BRICS nos países em desenvolvimento, iii) a capacidade dissuasão nuclear e iv) o crescimento da confiança mútua. O artigo, também, apresenta alguns desafios que os BRICS terão que enfrentar: i) o discurso sul-sul, ii) a multiplicidade de fora internacionais em que os membros dos BRICS estão envolvidos e ii) a insatisfação do Ocidente. Em relação a consolidação dos BRICS, o artigo argumenta que com a adesão da África do Sul nos BRICS, Moçambique passará a lidar com interesses complexos, isto é, África do Sul irá negociar com Moçambique para satisfazer os seus interesses e os dos seus parceiros. O mesmo acontecerá com qualquer outro membro dos BRICS, quando estiver a negociar com Moçambique procurará salvaguardar os Interesses sul-africanos. Este fenómeno tomará contornos preocupantes em termos de financiamento, quando os BRICS criarem o seu Banco de Desenvolvimento. Para contornar esta adversidade duas recomendações são avançadas: constituição de equipas multi-sectoriais para lidarem com as negociações e a aposta nas relações bilaterais.

Introdução

Os BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – são um fórum jovem, mas a sua postura tem estado a alterar de forma profunda as relações de poder no sistema internacional. Tomando em consideração as profundas alterações do sistema internacional, o presente artigo reflecte sobre o processo da construção da Multi-polaridade, que é um processo contínuo mas de alguma forma já alcançado, e analisa as implicações da ordem Multi-polar, ou seja, as implicações da consolidação dos BRICS para Moçambique.

Para alcançar os objectivos acima mencionados, o estudo está subdividido em três partes. Na primeira parte analisa-se a origem e a evolução dos BRICS como fórum internacional. Em relação a origem o termo BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China - foi usado pela primeira vez por de Jim O'Neil no seu artigo intitulado *Building Better Global Economic BRICs*. Este artigo

serviu de fonte inspiração que faltava para que os países em causa se juntassem e constituíssem um dos *fora* internacionais mais poderosos do sistema internacional. A partir de 2006 o termo BRIC deixou de ser apenas uma designação para efeitos de análise para se tornar num fórum. Em 2009, o fórum realiza a sua primeira cimeira e em 2011 a África do Sul é admitida como o quinto membro do fórum passando-se assim, dos BRICs para os BRICS.

Na segunda parte, o artigo analisa a construção da multi-polaridade tendo como *focus* os BRICS na sua oposição ao Ocidente. A análise do tema centra-se em quatro declarações das Cimeiras¹ dos BRICS, onde argumenta-se que nas primeiras duas Cimeiras a multi-polaridade aparecia como um desejo, enquanto as Cimeiras de 2011 e 2012 afirmam a existência de uma estrutura internacional multipolar. Este posicionamento é corroborado por autores ocidentais como Keukeleire, Mattlin, Hooijmaaijers na sua obra *The EU Foreign Policy Towards The BRICS and Other Emerging Powers: Objectives and Strategies*. Nesta parte do artigo, são

apresentados alguns factores que contribuíram para a construção da multi-polaridade designadamente: i) a Crise financeira, ii) crescente legitimidade dos BRICS nos países em desenvolvimento, iii) capacidade dissuasão nuclear e iv) crescimento da confiança mútua. Também são apresentados alguns desafios que os BRICS terão que enfrentar: i) o discurso sul-sul, ii) a multiplicidade de *fora* internacionais em que os membros dos BRICS estão envolvidos e ii) insatisfação do Ocidente.

A última parte do presente artigo discute as implicações da Multi-polaridade para Moçambique. Para aflorar as implicações, o artigo divide-as em duas partes: implicações provenientes da consolidação dos BRICS e implicações provenientes da reacção do Ocidente. Em relação a consolidação dos BRICS, o artigo argumenta que com a adesão da África do Sul nos BRICS, Moçambique passará a lidar com interesses complexos, isto é, África do Sul irá negociar com Moçambique para satisfazer os seus interesses e os dos seus parceiros. O mesmo acontecerá com qualquer outro membro dos BRICS, quando estiver a negociar com Moçambique, procurará salvaguardar os Interesses sul-africanos. Este fenómeno tomará contornos preocupantes em termos de financiamento, quando os BRICS criarem o seu Banco de Desenvolvimento. Para contornar esta adversidade, duas recomendações são avançadas: constituição de equipas multi-sectoriais para lidarem com as negociações e a aposta nas relações bilaterais.

Em relação a reacção do Ocidente à Multi-polaridade, constata-se que o Ocidente quererá manter o seu *status* de financiador do Orçamento Geral do Estado, e por essa via, continuar a impor os seus valores. Em forma de recomendação, são avançada duas ideia principais: diversificar as concessões mineiras e criar empresas estatais para exploração dos recursos minerais, principalmente, os hidrocarbonetos com a finalidade de servir o Interesse nacional nas suas diferentes vertentes - segurança, prosperidade e preservação dos valores centrais.

Origem e Evolução dos BRICS

O termo BRIC foi usado, pela primeira

vez, por Jim O'Neil, economista da Goldman Sachs, no seu artigo- publicado a 30 de Novembro de 2001 intitulado: '*Building Better Global Economic BRICs*'. Nesse artigo, a sigla BRICs referia-se ao Brasil, a Rússia, a Índia e a China. Segundo O'Neil, estas eram as maiores economias emergentes que jogariam um papel cada vez mais importante na economia global. E por essa razão, os *fora* internacionais deveriam ser reorganizados, e o G7² deveria ser ajustado para incorporar os representantes dos BRICs³ (O'Neil, 2001: 1). Assim, o artigo de O'Neil trouxe à tona uma constatação económica com implicações políticas no sistema internacional, uma vez que o crescimento económico dos BRICs implicaria a reorganização dos *fora* internacionais.

A constatação de O'Neil não passou despercebida às lideranças dos países emergentes mas, iria levar cinco anos para que o diálogo político dos BRICs começasse. Foi em 2006, à margem da reunião da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que os ministros dos negócios estrangeiros dos quatro Estados reuniram-se pela primeira vez. Outros encontros seguiram-se à margem das reuniões tanto da ONU como do G20⁴. Um maior aprofundamento do formato BRIC aconteceu nos meados de 2008, com organização de encontros ministeriais autónomos, isto é, sem ser à margem das reuniões da ONU e do G20. Contudo, é preciso realçar que apesar de os BRICs terem iniciado reuniões autónomas eles continuaram a encontrarem-se à margem dos grandes *fora* internacionais (Keukeleire *et al.* 2011:4)

A 16 de Junho de 2009, Os BRICs organizaram a sua primeira cimeira que teve lugar em Yekaterinburg, na Rússia. Esta cimeira representou o culminar dos esforços realizados pelas partes, desde 2006. A Cimeira de Brasília, realizada a 15 de Abril de 2010, abriu as portas para o primeiro alargamento, pois foi nesta cimeira que os membros dos BRICs decidiram admitir a África do Sul, como parte integrante do grupo. Mas, foi no decurso da terceira cimeira, que teve lugar em Sanya, na China, a 14 de Abril de 2011, que a África do Sul foi admitido⁵ como o quinto membro, transformando-se assim, a sigla BRICs em BRICS. A África do Sul viria a participar na quarta cimeira como membro de plenos direitos, em Nova Deli, a 29 de Março de 2012,

e ficou encarregue de organizar a Cimeira de Durban, entre 26 e 27 de Março de 2013.

Ao falar dos BRICS tem que se ter em mente que se trata de potências emergentes, ou seja, de Estados que estão a jogar um papel cada vez mais importante na arena internacional a nível económico e político. Esta crescente importância advém do rápido crescimento económicos dos BRICS (Keukeleire *et al.*, 2011:2). A importância dos BRICS, no sistema internacional é reconhecida também por Alden⁶ que ao definir as potências emergentes afirma que são um novo grupo de Estados que através da combinação do poder económico, perspicácia diplomática e poder militar saíram do estágio de países em desenvolvimento e desafiam as potências tradicionais, principalmente, as Ocidentais. Portanto, os BRICS são um fórum que está a consolidar-se de forma progressiva e contesta o poder do Ocidente.

Os BRICS e a Construção da Multi-polaridade

Os BRICS assumem a construção da Multi-polaridade como uma agenda inadiável e fundamental na sua interacção com os outros actores. Para uma melhor percepção, é preciso analisar as principais mudanças dos pólos de poder desde o ano 1918. O fim da primeira Guerra Mundial representou o fim do Poder Europeu⁷ sobre as outras partes do mundo e a consequente ascensão dos EUA. Ou seja, em termos de pólos de poder, nada mudou; o sistema continuou unipolar, mas com um novo actor a liderar a unipolaridade, os EUA. A forma como terminou a segunda Guerra Mundial⁸ levou ao surgimento do segundo pólo de poder, a URSS. A confrontação ideológica entre os dois pólos de poder (EUA-URSS) e as guerras por procuração nas suas zonas de influência ficaram conhecidas como Guerra Fria. Esta Guerra chegaria ao fim, em 1991, com o colapso da URSS e a permanência dos EUA e seus aliados como o único pólo de poder. A legitimação da Unipolaridade foi feita através da liderança americana, na Segunda Guerra do Golfo, em 1990-1991⁹. Esta guerra mostrou que apenas os EUA eram capazes de mobilizar um grande número de Estados para atingir os seus interesses.

O crescimento económico acentuado, reconhecido por O'Neil em 2001, a consciência que os BRIC foram tomando de formar uma plataforma de cooperação passaram aos poucos a configurar um desafio a unipolaridade estabelecida desde o fim da Guerra Fria. A partir de 2009, quando os BRIC começaram a reunir-se em cimeiras, as suas declarações têm como prioridade a criação de um sistema internacional multipolar no qual tenham um maior protagonismo. Por exemplo, a declaração da Cimeira de Yekaterinburg, de 2009, no décimo segundo parágrafo afirma: '[n]ós sublinhamos o nosso apoio para um mundo mais democrático e uma ordem Multi-polar justa baseada no direito internacional, igualdade, respeito mútuo, acção coordenada e tomada de decisão colectiva para todos os estados' (BRIC, 2009:2). A leitura deste excerto mostra que a ordem multipolar desejada pelos BRIC tem alicerces, ou seja indicadores para a sua avaliação por exemplo o direito internacional, a igualdade e o respeito mútuo.

A Declaração de Brasília, 2010, deu um lugar de destaque a agenda da construção da ordem multi-polar fazendo passar de décimo segundo parágrafo ao segundo parágrafo. A frase tinha a mesma formulação, mas o assunto tinha se tornado prioridade. Surpreendentemente, em 2011, o discurso dos BRICS não era mais a expressão de um desejo, mas de uma realidade existente que precisa apenas de ser consolidada como atesta o texto a seguir: '[n]ós partilhamos a visão de que o mundo está a passar por amplas, complexas e profundas mudanças, marcadas pelo fortalecimento da multi-polaridade, globalização económica e interdependência crescente' (BRICS, 2011:1).

Por seu turno, a Declaração de Deli, de 2012, reforça a existência da ordem multi-polar, definindo os BRICS como 'uma plataforma de diálogo e cooperação entre países que representam 43% da população mundial, para a promoção da paz, segurança e desenvolvimento num mundo multi-polar, interdependente e globalizante' (BRICS, 2012:1). O mais importante é que essa multi-polaridade é também reconhecida pelo Ocidente como atesta Keukeleire, *et al.* ao afirmar que 'o impacto dos BRICS sobre a UE só pode ser correctamente entendido se for visto como parte de uma ampla mudança no equilíbrio do

poder internacional, tanto política quanto economicamente' (2012:32). A pergunta que surge é: que transformações aconteceram para convencer o Ocidente e dar confiança aos BRICS, estes últimos que passaram em pouco tempo do desejo para a afirmação da existência de uma ordem multi-polar?

A resposta a questão colocada não é acabada; pode-se apontar alguns factores que influenciaram a rápida transição do discurso dos BRICS de desejo de uma ordem multi-polar a afirmação da sua existência. Dentre esses factores, o destaque vai para: i) a Crise financeira, ii) crescente legitimidade dos BRICS nos países em desenvolvimento, iii) capacidade dissuasão nuclear e iv) crescimento da confiança mútua.

Em relação a crise financeira mundial, é preciso recordar que esta teve o seu início em Outubro de 2008, com a eclosão da crise imobiliária nos EUA (Wache, 2012: 54). E estava claro que todos os países deveriam ficar em situação de alerta, a crise poderia afectar as suas economias. Foi nesse período de incertezas que aconteceu a primeira cimeira dos BRIC, em Junho de 2009. OS BRIC temiam o colapso das suas economias e, de facto, o crescimento económico na Rússia abrandou, entre 2008 e 2009. O impacto da crise na Rússia é confirmado por Roussef que afirmou: '[a] Rússia apresentou índices de crescimento anuais superiores a 5%, só interrompidos no auge da crise financeira global em 2008/2009'¹⁰. Mas, em 2011, quando a declaração Sanya passa a afirmar claramente a existência de uma ordem Multi-polar as ameaças da crise tinham se esvaído nos BRICS. Outro fenómeno que reforçou o posicionamento dos BRICS é a crise da Zona Euro, uma crise que dura há mais ou menos cinco anos. Portanto, o facto de os BRICS não terem sido afectados profundamente pela crise, por um lado, e o facto de o Ocidente (a Zona Euro incluído os EUA) estar severamente afectado, por outro, conduziu a conclusão de que os BRICS eram uma plataforma económica estável e, por conseguinte, poderosa, de facto.

A crescente legitimidade dos BRICS nos países em desenvolvimento deve-se a semelhança de discurso e ausência de condicionalismos para financiamento ao desenvolvimento. Em relação a semelhança de discurso, os BRICS apresentam-se a si mesmos

como países em desenvolvimento e reivindicam o direito ao desenvolvimento. A exigência de reforma das instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, a contestação do proteccionismo ocidental no comércio internacional são discursos que conferem legitimidade aos BRICS, diante dos países em Desenvolvimento. Quanto a ausência de condicionalismo¹¹ os BRICS, também, têm sido vistos pelos países em desenvolvimento como grupo de Estados que não interfere na gestão interna dos Estados, cabendo-lhes fazer o financiamento mediante mecanismos financeiros sem chantagens políticas. Portanto, o facto de os BRICS perceberem que tem legitimidade diante dos países em desenvolvimento, que são a maioria, justifica a afirmação do seu poder como fonte da multi-polaridade.

Quanto a capacidade de dissuasão nuclear, é preciso mencionar que três dos cinco membros dos BRICS são potências nucleares, nomeadamente a Rússia, a China e a Índia. A África do Sul desmantelou as suas ogivas nucleares e assinou o tratado de Não-Proliferação, em 1991, o que significa que tem *know how*, e que basta a vontade política para voltar a ter. O Brasil é o único país dos BRICS que não tem e nunca teve armas nucleares, mas a sua performance económica pode permiti-lo adquiri-las em caso de necessidade. Portanto, o facto de a maior parte dos estados serem potências nucleares, põe os BRICS em pé de igualdade com o Ocidente.

No que tange ao crescimento da confiança mútua, pode-se constatar que a partir de 2009, há um crescimento de confiança entre as partes, resultante de uma interacção contínua. A Declaração de Deli, de 2012, é sugestiva nesse sentido ao afirmar:

[...] Apoiamos as consultas regulares entre nossos ministros de comércio e tomaremos medidas adequadas para facilitar a consolidação do nosso comércio e dos laços económicos. Congratulamo-nos com a celebração do Acordo Mestre sobre a Extensão de Crédito em Moeda Local sob o Mecanismo de Cooperação Interbancária dos BRICS e do Acordo da Carta de Facilidade do Crédito Multilateral entre os nossos Bancos; EXIM /Banco de Desenvolvimento. Acreditamos que esses acordos servirão como instrumentos úteis que permitirão o aumento do comércio intra-BRICS nos próximos anos (BRICS, 2012:4).

Como se pode constatar, os BRICS começam a criar os seus mecanismos de cooperação financeira, o que confere mais confiança e poder aos seus membros. É preciso realçar a firme convicção que os BRICS têm de criar um Banco de Desenvolvimento. Portanto, a confiança vai crescendo e a percepção de que eles constituem de forma individual pólos de poder não só diferentes mas em oposição ao Ocidente vai se consolidando.

Os BRICS consideram-se a si mesmos como cinco pólos de poder com uma narrativa do Sistema Internacional semelhante, a narrativa da Multi-polaridade. E por essa razão, não pretendem formar um bloco anti-ocidental, o que seria o ressurgimento de um sistema Bipolar. Mas que cada um dos Estados se oponha a dominação Ocidental no Sistema Internacional, daí resulta a multi-polaridade, composta pelo Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Ocidente e outros países que consigam conquistar esse estatuto. Aqui está a maior inovação do conceito de multi-polaridade na aceção dos BRICS, pois a multi-polaridade permite a ascensão de novas potências tornando o Sistema Internacional mais equilibrado em termos de poder. É preciso realçar que assim como permite o surgimento de novos pólos de poder também admite a decadência das potências estabelecidas.

Sendo a multi-polaridade um projecto dinâmico e inacabado, os BRICS enfrentam desafios como: i) o discurso sul-sul, ii) a multiplicidade de *fora* internacionais em que os membros dos BRICS estão envolvidos e iii) insatisfação do Ocidente.

Quanto ao discurso sul-sul, tem que se realçar que os BRICS como plataforma de cooperação não se identificam com esta abordagem. Contudo o Brasil, a Índia e a África do Sul são defensores da cooperação sul-sul. Este discurso está na base da criação, em 2003, do fórum Brasil, Índia e África do Sul (IBSA). A China e a Rússia, apesar de exigirem reformas nas instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, contestarem o proteccionismo ocidental no comércio internacional, não se identificam com o discurso de cooperação sul-sul. Esta diferença de perspectivas pode ser um nó de estrangulamento na interacção intra-BRICS.

Os membros dos BRICS estão envolvidos em vários *fora* internacionais, como

por exemplos: BASIC¹², RIC¹³, IBSA¹⁴, SAARC¹⁵, ASEAN+3¹⁶, EAS¹⁷, APEC¹⁸, CIS¹⁹, SADC²⁰ e Mecosul²¹. Estes exemplos mostram o quão difícil é para os BRICS conciliarem as múltiplas agendas das diversas entidades multilaterais nas quais participam. Este é um desafio com o qual os BRICS devem aprender a conviver com ele.

O Ocidente está insatisfeito com o crescente protagonismo dos BRICS e procura desenhar estratégias para reduzir o poder daqueles países de modo a retornar-se a unipolaridade que predominou na década de 1990. O texto que se segue é uma recomendação de estratégia para a União Europeia lidar com os BRICS:

Este estudo propõe quatro opções teóricas para desenvolver uma nova arquitectura para as parcerias estratégicas da União Europeia com os países do BRICS e desenvolver o conceito de parcerias estratégicas como instrumento político. Estas opções centram-se em torno de quatro conceitos a saber: "Fusão"²³ conceito destinado principalmente a Rússia e a China, "Focalizar"²⁴, destinado aos países do IBSA que pelo menos em algumas questões estão mais próximas das posições da União Europeia, "Difusão"²⁴, que visa ampliar as parcerias estratégicas para ainda mais potências regionais com base no interesse bilateral, e "Diluição"²⁵, que procura alargar a base em visão compartilhada no multilateralismo eficaz (Keukeleire *et al.*, 2011:33-4).

O estudo em causa foi encomendado pelo Comité de Política Externa do Parlamento Europeu e ficou pronto em Outubro de 2011. Como este, muitos estudos têm sido produzidos. Esta é mais uma prova de que a multi-polaridade é uma realidade, contudo, os BRICS terão que encontrar contra-estratégias, para enfrentar o Ocidente insatisfeito pela deslocação e desconcentração do poder no sistema internacional. O mais importante aqui é verificar que o Ocidente reconhece a ordem multipolar e quer interagir com a China e com a Rússia aceitando a multi-polaridade.

Implicações da Multi-polaridade para Moçambique

Inferir as implicações da multi-polaridade para Moçambique é um exercício que decorre da existência de Moçambique como actor das relações internacionais. Para esse fim, a identificação das implicações vai ser subdividida em duas partes. Implicações provenientes da consolidação dos BRICS e implicações da reacção Ocidental.

Olhando para as implicações provenientes da consolidação dos BRICS, a maior preocupação nasce com a admissão da África do Sul, em 2011, como membro dos BRICS. Uma análise sobre alguns indicadores de poder, nomeadamente, a extensão territorial, o número da população e o PIB constata-se que a África do Sul não seria elegível para ser parte dos BRICS. A África do Sul entre os países membros dos BRICS é o país com menor extensão territorial, cerca de 1,221,031 km², enquanto o Brasil tem cerca de 8,511,965 km², a Rússia tem cerca de 17,098,242 km², a Índia com 3,287,590 km², e a China com aproximadamente 9,596,960 km² (BRICS, 2012:10)

A África do Sul tem o menor número de população cerca de 50 milhões de habitantes enquanto os outros estados dos BRICS têm mais de 100 milhões de habitantes. Em termos económicos a África do Sul está muito distante dos seus parceiros, em 2010 por exemplo, o PIB da África do Sul foi de 364 mil milhões de dólares enquanto o Brasil teve 2143 mil milhões de dólares, a Rússia 1487 mil milhões de dólares, a Índia atingiu a cifra de 1603 mil milhões de dólares e a China 5931 mil milhões de dólares (*Ibid*). Olhando para estes indicadores a questão que surge é: Então o que contou para a admissão da África do Sul nos BRICS? Uma das respostas é que a África do Sul foi admitida nos BRICS por ser uma Potência Regional na SADC, uma região que os membros dos então BRICS não queriam disputar o acesso dos recursos minerais com a África do Sul na sua região. Admitir a África do Sul foi uma saída airosa que os BRICS encontraram para controlarem este país e negociarem com ele para harmonização dos interesses antes de escalar um país da região da SADC em que a África do Sul também tenha os seus interesses.

A grande implicação da consolidação dos BRICS para Moçambique provém exactamente dessa possibilidade de concertação de interesses entre a África do Sul e os seus parceiros dos BRICS. Pois nessa concertação a África do Sul vai jogar um papel *Pivotal* na materialização dos interesses dos seus parceiros. Em outras palavras, a África do Sul quando estiver a negociar com Moçambique estará a negociar em nome próprio mas também a representar o interesse de um ou mais membros dos BRICS. O Inverso também é verdadeiro, quando qualquer dos outros membros dos BRICS estiver a negociar com Moçambique o fará pelo seu interesse e pelo interesse sul-africano. O que significa, que Moçambique pode passar a lidar com interesses complexos, e sendo Moçambique um país rico em recursos minerais, esta área poderá vir a ser o principal alvo dos interesses complexos. E como Moçambique precisa de financiamento para o desenvolvimento, os interesses complexos poderão condicionar a obtenção ou não do financiamento. A criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS, que é um passo fundamental na consolidação dos BRICS, torna essa possibilidade mais verosímil. Os interesses complexos aplicam-se também a todos os membros da SADC.

No cenário da Multi-polaridade, onde as grandes potências se agrupam para obter mais ganhos da sua posição no sistema internacional a Moçambique resta encontrar estratégias para lidar com a realidade. Duas estratégias podem ser de maior utilidade, a aposta nas relações

“Por interesses complexos refere-se ao facto de um actor negociar ou agir para satisfazer o(s) seu(s) interesse(s) e os do seu(s) parceiro(s)”.

Bilaterais, isto é mesmo que os BRICS tenham o Banco de Desenvolvimento, a prioridade deve ser a interacção com o estado concreto e não o Banco

cujas decisões serão tomadas nas reuniões dos BRICS, observando os interesses complexos. Outra abordagem é criar equipas de negociação multi-sectoriais que possam fazer não só análise técnica dos *dossiers*, mas a leitura dos interesses envolvidos, neste último aspecto as Universidades podem jogar um grande papel.

Em relação a reacção do Ocidente à Multi-polaridade constata-se que na proposta de estratégias apresentada Keukeleire *et al* Moçambique caberia na última estratégia, a

Diluição (*Ibid*). Esta estratégia dirige-se a estados sem muita influência regional e nesses estados a União Europeia impõe-se e promove as ideias Europeias como a boa governação e direitos humanos. E como Moçambique depende do financiamento do Ocidente para o Orçamento Geral do Estado, terá que continuar a obedecer os ditames do Ocidente, mesmo com a existência da Multi-polaridade. Como evitar a aplicação da Diluição para Moçambique? Uma das saídas pode estar na forma com se fazem as concessões mineiras em Moçambique. Não permitir que as concessões mineiras estejam todas nas mãos de empresas ocidentais. Para tal é preciso que a venda das acções não obedeça apenas o critério capacidade financeira, mas a salvaguarda da diversidade de proveniência das empresas operando no sector mineiro Moçambicano e, sobretudo, o surgimento de empresas estatais como é o caso da Gazprom, russa, ou da Sonangol, angolana. As empresas estatais de exploração de recursos minerais, principalmente, os hidrocarbonetos teriam a finalidade de servir o Interesse nacional nas suas diferentes vertentes: segurança, prosperidade e preservação dos valores centrais.

Considerações Finais

Neste artigo analisou-se o processo da formação e evolução dos BRICS, um fórum que tem estado a contribuir para a mudança das relações de Poder no sistema internacional. Constatou-se que o termo BRIC tem uma origem académica, mas foi adoptado pelos países em causa para formarem um fórum internacional. Pouco tempo depois, a África do Sul juntou-se ao fórum que por essa razão passou a designar-se BRICS.

O artigo enfatizou que a multi-polaridade é uma realidade em virtude dos BRICS terem

sabido lidar com a crise financeira, terem uma legitimidade diante dos países em Desenvolvimento, terem uma capacidade de dissuasão nuclear e pelo facto de estarem a construir uma confiança mútua em vários sectores da vida dos seus estados. A existência da multi-polaridade é afirmada pelos BRICS e reconhecida pelo Ocidente. A existência de uma ordem multipolar não significa ausência de desafios e, neste contexto, o artigo apontou três desafios para os BRICS nomeadamente; o discurso su-lsul, a multiplicidade de *fora* internacionais em que os membros dos BRICS estão envolvidos e insatisfação do Ocidente.

Na última parte, foram apresentadas as implicações da Multi-polaridade para Moçambique. Salientou-se a existência de dois tipos de implicações: as implicações provenientes da consolidação dos BRICS e as implicações provenientes da reacção do Ocidente. Em relação a consolidação dos BRICS, o argumento apresentado está ligado a adesão da África do Sul nos BRICS e constatou-se que Moçambique passará a lidar com Interesses complexos. Em relação a reacção do Ocidente, chegou-se a conclusão de que este procurará manter a sua influência e o instrumento que vai usar para tais intentos será o financiamento das actividades do estado, o destaque vai para o Orçamento Geral do Estado.

Diante das constatações, emergiram como recomendação as seguintes ideias: i) constituição de equipas multi-sectoriais para lidarem com as negociações e ii) a aposta nas relações bilaterais para lidar com a consolidação dos BRICS, por um lado, e i) diversificação das concessões mineiras e ii) criação de empresas estatais para exploração dos recursos minerais, principalmente os hidrocarbonetos com finalidade de servir o Interesse nacional, por outro lado.



Notas

¹ Cimeiras ocorridas entre 2009 a 2012.

² G7 é a designação dada as 7 maiores economias do mundo.

³ Kissinger no seu artigo *The New World Order* afirmou que o sistema internacional do século XXI terá no mínimo seis super potencias – os EUA, a União Europeia, a China, o Japão, a Rússia e provavelmente a Índia (In Crocker *et al.*, 1996:178).

⁴ G20 é a designação dada as 20 maiores economias do mundo.

⁵ Apesar de, formalmente ter sido admitida a 24 de Dezembro de 2010.

⁶ Alden, C. (sd) 'Emerging Powers in Africa' disponível em: <http://www.lse.ac.uk/ideas/publications/reports/pdf/su004/alden.pdf>, acessado aos 24 de Janeiro de 2013.

⁷ França e Reino Unido, os grandes impérios coloniais desde a conferência de Berlim 1884/5.

⁸ A URSS saiu da guerra fortalecida pois tinha derrotado militarmente a Alemanha que quase ocupara toda a Europa Ocidental, esta façanha deu a URSS o estatuto de potência hegemónica.

⁹ Neste artigo considera-se a primeira Guerra do Golfo a que opôs o Irão e o Iraque entre 1980-1988, a segunda que opôs o Iraque e o Kweit, entre 1990-1991, com intervenção militar liderada pelos EUA e a terceira guerra deu-se com a invasão dos EUA ao Iraque. Portanto, as três guerras do golfo têm como elemento comum o Iraque.

¹⁰ Rousseff, D. (2012). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rouseff, durante a cerimônia de encerramento do Fórum Empresarial Brasil-Rússia - Moscou/Rússia*. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-cerimonia-de-encerramento-do-forum-empresarial-moscou-russia> > acessado aos 08 de Março de 2013.

¹¹ Segundo Oldemiro Baloi, os condicionalismos são chantagens políticas: por exemplo, impor como que para ter financiamento ao Orçamento o Estado receptor não deve subsidiar a agricultura ou não deve investir na defesa. In Aula de Sapiência proferida no ISRI, no dia 1 de Março de 2013.

¹² Brasil, África do Sul, Índia e China

¹³ Rússia, Índia e China

¹⁴ Índia, Brasil e South Africa

¹⁵ South Asian Association for Regional Cooperation (Índia, Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka, Nepal, Butão, Maldivas e Afeganistão).

¹⁶ Association of South East Asian Nations + Japan, Korea e China

¹⁷ East Asia Summit (Australiá, Brunei, Cambodja, China, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Myanmar, Nova Zelandia, Filipinas, Rússia, Singapura, Coréia do Sul EUA e Tailândia)

¹⁸ Asia-Pacific Economic Cooperation (Australiá, Brunei, Canada, Chile, Taiwan, China, Indonésia, Japão Malásia, México, Nova Zelandia, Papua Guiné, Perú, Filipinas, Coréia do Sul, Rússia, Singapura Tailândia, EUA e Vietnam).

¹⁹ Commonwealth of Independent States (Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tajiquistão e Uzbequistão).

²⁰ Southern African Development Community (Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesotho, Madagascar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tanzania, Zâmbia e Zimbabwe).

²¹ Mercado Comum do Sul (Brasil, Argentina, Venezuela, Uruguai e Paraguai).

²² Tratar a China e a Rússia como iguais, aceitando a multi-polaridade e procurar aceitar a sua visão do Sistema Internacional.

²³ A União Europeia deveria desenvolver relações profundas com o principal grupo de grandes potências, mas o aprofundamento das relações deveria estar baseado na visão partilhada das relações internacionais e dos valores e não em interesses geoestratégicos da União Europeia, o IBSA seria alvo desta estratégia.

²⁴ Estratégia dirigida a potências médias como a Indonésia, o Egipto, a Nigéria, a difusão concentraria a atenção da UE nos interesses Bilaterais, sem impor os valores ocidentais. O principal objectivo seria controlar a influência dos BRICS nesses países e nas regiões que essas potências médias controlam.

²⁵ Dirige-se a Estados sem muita influência regional e nesses Estados a União Europeia impõe-se e promove as ideias europeias, como a boa governação e direitos humanos.



Referências Bibliográficas

AA. VV. (2012) *The BRICS Report*. Neva Deli: Oxford Press, disponível em: <http://www.g20civil.com/documents/199/499/> acessado aos 24 de Janeiro de 2013.

Alden, C. (sd) 'Emerging Powers in Africa' disponível em: <http://www.lse.ac.uk/ideas/publications/reports/pdf/su004/alden.pdf>, acessado aos 24 de Janeiro de 2013.

BRIC, (2012). *Joint Statement of the BRICS countries Leaders*. Disponível em: www.bricindia.in/firstsummit.html > acessado aos 24 de Janeiro de 2013.

_____ (2012). *Fourth BRICS Summit-Dehli Declaration*. Disponível em: <http://www.worldtradescanner.com/FourthBRICSSummit1037099a.pdf> > acessado ao 08 de Março de 2013.

BRICS, (2011). *Sanya Declaration*. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-04/14/c_13829453.htm acessado aos 08 de Março de 2013.

Keukeleire, S. et al. (2013). *The EU Foreign Policy Towards The BRICS and Other Emerging Powers: Objectives and Strategies*. Bruxelas: European Parliament, disponível em: <http://>

www.europarl.europa.eu/committees/en/studiesdownload.html?

Kissinger, H. (1996) 'The New World Order' in Crocker *et al.*, *Managing Global Chaos: sources of and Responses to International Conflict*, USIP, Washington

O'Neil, J. (2001). *Building Better Global Economic BRICs*, Goldman Sachs, paper 66, disponível em: <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/topics/brics/brics-reports-pdfs/build-better-brics.pdf> acessado aos 5 de Fevereiro de 2013.

Roussef, D. (2012). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de encerramento do Fórum Empresarial Brasil-Rússia - Moscou/Rússia*. Disponível em: <<http://>

www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-cerimonia-de-encerramento-do-forum-empresarial-moscou-russia> acessado aos 08 de Março de 2013

Wache, P. (2012). *A União Europeia e as suas Relações com o Mundo: Entendendo a Política Externa da União Europeia para África*. Djira, Maputo.

Outras fontes

Baloi, O. (2013). Aula de Sapiência proferida no ISRI, no dia 1 de Março de 2013.

CEEI-ISRI

Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais

O Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais – CEEI corresponde a Divisão de Investigação do ISRI é a unidade orgânica responsável pela realização de pesquisas aplicadas do ISRI. A missão estratégica do Centro dos Estudos Estratégicos Internacionais é a produção e divulgação de análises sobre os processos políticos, sócio-económicos e culturais da sociedade moçambicana, da região e do Sistema Internacional. A linha de pesquisa do CEEI tem como enfoque as seguintes áreas: Economia e Desenvolvimento, Estudos de Paz e Segurança, Estudos Sócio-Políticos e culturais, Estudos de Relações Internacionais e Política Externa. O CEEI estabelece-se como um canal aberto, inclusivo e que encoraja independência e liberdade de pensamento com vista a contribuir para o desenvolvimento e reformas políticas em Moçambique. A produção local de conhecimentos sobre práticas de desenvolvimento e experiências internacionais constitui valor acrescentado que o centro oferece a todos os interessados em estudar, investigar e divulgar assuntos ligados ao desenvolvimento económico, social e político de Moçambique e do mundo. Para o efeito, CEEI privilegiará a diversidade de focos temáticos e a pesquisar, co-relacionando uns dos outros, mas distintos nos assuntos para cada edição a publicar.

Contacto:

Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais
Ruas dos Desportistas - Prédio JAT 5,
2º Andar, Maputo - Moçambique



Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais - CEEI/ISRI